

Nada mais que um sinal

Barbosa Lima
Sobrinho *

Não creio que o Brasil tenha razões para festejar a conclusão dos entendimentos do embaixador Jório Dauster com os bancos credores da nossa dívida externa. Afinal, tudo se resume ao pagamento de um sinal, de um simples sinal da retomada dos pagamentos dos juros atrasados. E levar um ano inteiro para chegar a esse resultado não nos parece animador, nem deve encher de entusiasmo, ou de confiança, os credores estrangeiros, sobretudo quando, no decurso desse ano de viagens e de conferências, não deixou de crescer o montante dos juros devidos. E o que foi mais importante é que o dólar foi exigindo a maior quantidade de cruzeiros, tanto no câmbio comercial, como no paralelo. Como se o atraso no pagamento tivesse, como compensação, a valorização do dólar, e isso mesmo só nos países subdesenvolvidos, acorrentados a uma dívida externa que se transformava numa contribuição colonial para nações que acreditavam haver proclamado a sua independência.

Para o Brasil, como todos sabemos, não se discutiu senão a importância do sinal, nunca a do pagamento integral dos juros vencidos. E devedores ingênuos e jactanciosos acreditavam que bastava oferecer algumas centenas de milhões de dólares, para que os credores ficassem deslumbrados, para subreverterem qualquer acordo que fosse proposto, como quem está em desespero de causa, diante de devedores poderosos, talvez mesmo onipotentes. Bastava falar em 850 milhões de dólares e os credores fariam filas imensas, como as dos mercados soviéticos, ou dos bancos brasileiros, para o pagamento das irrisórias pensões dos aposentados, pois que os *marajás* não entram em filas.

Durante mais de um ano multiplicaram-se as conferências. Não se chegou a fazer a conta das viagens realizadas e o registro espetacular de que já estava tudo concluído, para satisfação do público, que só chegava a acordar com a notícia de nossos entendimentos. Para chegar à conclusão de que tudo estava resolvido em torno não de 850 milhões de dólares, mas de 2 bilhões de dólares, sempre como sinal da intenção de retomada do pagamento da dívida externa.

Como se vê, um sinal pesado, para devedores recalcitrantes. E que, se tivesse sido aceito no primeiro mês do governo do presidente Fernando Collor de Mello teria exigido, pelo câmbio da época, não mais de 160 bilhões de cruzeiros. Essa demora de mais de um ano acabou sendo mais contra nós do que contra os credores, pois que teremos de desembolsar, não 160 bilhões de cruzeiros, mas não me-

nos de 340 bilhões de cruzeiros, se quisermos ser mais rigorosos nos algarismos apresentados, obedecendo ao câmbio do começo da segunda semana de abril, de 500 bilhões de cruzeiros. Em um ano de governo e de luta contra a inflação, como já estamos longe dos bilhões dos primeiros dias da equipe econômica da sra. Zélia Cardoso de Mello! Uma diferença entre os dois períodos de 484 bilhões de cruzeiros. Isso pelo câmbio comercial. Pelo câmbio paralelo daria muito mais, quando verificamos que já está na casa dos 280 cruzeiros, e são poucos os que duvidam de que entrará para os 300 cruzeiros, como coroamento de uma política econômica que dá o primado ao estrangeiro, olhando para o céu, como quem deseja investimentos de fora, a exemplo do nordestino que também busca, nas alturas, sinais de chuva.

De um modo ou de outro, nossa dívida externa que era, nos tempos da presidência de João Goulart, de 3,5 bilhões de dólares, já está em mais de 120 bilhões. Se acrescermos os juros não pagos, teremos cerca de 127 bilhões de dólares. E como

***Tudo leva a crer
que, com a
continuação da
depreciação da
moeda nacional, os
pagamentos se
tornarão cada
vez mais
difíceis***

não produzimos, nem emitimos dólares, para pagar a dívida externa teremos que comprar dólares, ou no câmbio paralelo, ou no câmbio comercial. O que daria, no momento, pelo câmbio comercial, que é o mais favorável, uma dívida astronômica de mais de 31.750 trilhões de cruzeiros, rendendo juros, à razão de 10% ao ano, 2.500 trilhões de cruzeiros, com o dólar comercial na base atual de 250 cruzeiros por dólar. E como o dólar não pára de crescer, não há elementos para calcular o futuro, totalmente imprevisível.

Isso nos leva a algumas conclusões. A primeira é a de que o pagamento dos juros da dívida externa impossibilita o desenvolvimento econômico do Brasil. O que se exige dos países subdesenvolvidos é um trabalho que lembra o Atlas da mitologia, levando sobre os ombros o peso imenso das colunas que separam o céu do Primeiro Mundo da desgraça da terra dos subdesenvolvidos.

Quando não se pode deixar de considerar que a concessão dos empréstimos, que escravizam os povos do Terceiro Mundo, não representava nenhum sentimento de generosidade. Nada mais que o exercício do ofício

dos usuários. Era, nada mais, nada menos, que a construção de uma moenda, como as que esmagam as canas, para fabricar açúcar. O país entra desprevenido e confiante, menos para receber dinheiro do que para forjar comissões em proveito de seus negociadores. Quando chega o momento da primeira prestação, não há recursos na caixa do devedor, tanto mais quando se trata de libras esterlinas, ou de dólares, que ele não possui. Com a pressão dos banqueiros, e com o uso de linguagem que Shylock não ignorava, não há outro remédio do que contrair novo empréstimo, para pagar os juros do empréstimo anterior. E para isso, e para resgatar atrasados comerciais, se sobrar alguma coisa para aplicações úteis, de interesse público, seria um verdadeiro milagre. E tudo se agravou quando inventaram, no interesse dos Estados Unidos, os tais juros flutuantes, aplicados unilateralmente, sem a concordância ou a simples anuência dos devedores. Já nem adiantava pagar, porque, por mais que se pagasse, as dívidas não paravam de crescer. Não é esse o caso do Brasil? Já deve ter pago cerca de duzentos bilhões de cruzeiros, como denunciava, há poucos dias, o programa do Partido de Mobilização Nacional. E a dívida? Era de cerca de três bilhões e meio, no tempo do presidente João Goulart. E já está, apesar desses duzentos bilhões pagos, em 121 bilhões, e tudo indica que passará de 130 bilhões no começo dos anos 2000. Tarefa e ofício da tal moenda.

Quando estava à frente das finanças brasileiras, o Ministro Delfim Netto costumava dizer que as dívidas externas não eram feitas para serem pagas. Bastava saber administrá-las, ou rolá-las, como se dizia, no uso de patentes de alta sabedoria. E o resultado dessa espartezia, aí está, quando levamos um ano inteiro, desde a posse do sr. Fernando Collor de Mello, discutindo com os credores para obter, como resultado final, esse pagamento de 2 bilhões de dólares, como sinal, apenas, das intenções de voltar a pagar a dívida externa, por um câmbio que ninguém sabe qual seja. E se os juros atrasados já andam por 8 bilhões, não há como acreditar na restauração do crédito do Brasil, para merecer a confiança dos banqueiros estrangeiros, ou na chuva de investimentos com que conta a imaginação do plano econômico. Tudo leva a crer que, com a continuação da depreciação da moeda nacional, os pagamentos se tornarão cada vez mais difíceis. Não há outras perspectivas do que a de continuar a despejar dólares, no saco sem fundo da dívida externa, que continuará a crescer, num ritmo cada vez maior, quando já estamos à porta dos trilhões de cruzeiros, nos pagamentos futuros.

* Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa